

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA **MERCADO DE TRABALHO** 2º TRIMESTRE DE 2016

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia – SEI

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações –
Codin

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Editoração

Ludmila Nagamatsu

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

2º TRIMESTRE DE 2016 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **1**

EMPREGOS FORMAIS **2**

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD
CONTÍNUA **8**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA
DE EMPREGO E DESEMPREGO **9**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **14**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **14**

Projeção do emprego formal **15**

APÊNDICE **17**

NOTAS METODOLÓGICAS **22**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **22**

Projeções do mercado de trabalho formal **22**

2º TRIMESTRE DE 2016

Sem sinais de reação quanto à conjuntura vigente ao final de 2015, fica cada vez mais claro que 2016 não será o ano da tão aguardada retomada no mercado de trabalho baiano. Pior, a inanição do mercado de trabalho para este ano tem chances de ser ainda mais profunda. Alguns dos indicadores sequer apontam para uma estabilização no processo de deterioração num horizonte próximo, frustrando quaisquer expectativas de resgate do nível de emprego no curto prazo e mantendo o quadro geral de dificuldades.

Tomando o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e a Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano como fontes principais de informação, presume-se que o agravamento do mercado de trabalho continuará em curso até o final deste ano na Bahia, endossando um contexto de elevação do desemprego, eliminação de postos formais de trabalho e redução tanto da massa quanto dos rendimentos reais do trabalho.

As projeções realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), respaldadas pelos resultados, continuam a revelar tendência de fechamento de postos de trabalho no terceiro trimestre de 2016, período habitualmente marcado por saldos positivos na geração de empregos com carteira assinada na última década – a despeito do número negativo nesse mesmo trimestre no ano passado. O alento fica por conta do menor desânimo quanto ao futuro, revelado pelo empresariado do estado – no entanto, sem poder ainda se desvincular da hipótese de continuidade de um mercado de trabalho com pouca vitalidade, já que os níveis de confiança continuam baixos.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário macroeconômico continuou desfavorável para a Bahia no segundo trimestre deste ano. As atividades de Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços persistiram com um comportamento recessivo ao longo do trimestre. Nos últimos meses, a perda de dinamismo da atividade econômica atingiu todos os setores da economia baiana, embasando o comportamento negativo dos indicadores relacionados ao mercado de trabalho.

A estimativa para a safra baiana de grãos de 2016 aponta retração de 25,7% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção totalizou 9,33 milhões de toneladas. Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do mês de junho, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física de grãos alcançará 6,9 milhões de toneladas este ano na Bahia. Dessa forma, considerando que a expectativa de encolhimento de 6,7% da área colhida se confirme, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá diminuir 20,3%.

Segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção industrial baiana (incluindo a indústria de transformação e a extrativa), no segundo trimestre de 2016, decresceu 3,5% frente ao total registrado no mesmo trimestre do ano anterior – encadeando a segunda

ocorrência subsequente de decrescimento no confronto interanual, após o último registro positivo no trimestre terminado em abril (0,1%). O recuo no ritmo produtivo do setor na Bahia ocorreu tanto na indústria de transformação, que caiu 2,3%, quanto na extrativa, com queda de 22,1%.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostrou queda de 14,3% no volume de vendas do comércio varejista no segundo trimestre de 2016, no confronto interanual. A comparação com o mesmo trimestre de um ano antes apontou retração pela 17ª vez seguida. Porém, o recuo registrado agora foi o mais intenso.

O setor de Serviços na Bahia teve redução da sua receita nominal no segundo trimestre de 2016, em relação ao valor observado no mesmo período do ano anterior. Conforme resultados revelados pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, houve uma contração de 3,5% na comparação interanual – 11º recuo sucessivo nessa base de comparação.

O Índice de Atividade Econômica Regional para a Bahia (IBCR-BA), com base em dados dessazonalizados, calculado pelo Banco Central para servir de prévia do PIB, recuou 0,9% no trimestre encerrado em junho, comparativamente ao índice do trimestre terminado em março. Para o acumulado do ano, o resultado do indicador revelou uma retração de 4,6% em comparação ao do mesmo intervalo de um ano antes, sugerindo um decrescimento do nível de atividade na Bahia no primeiro semestre.

Calculado pela SEI, o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), que evidencia as expectativas empresariais através da manifestação das entidades representativas do setor produtivo do estado, alcançou patamares menos deteriorados nos últimos três meses (abril: -488 pontos; maio: -408 pontos; e junho: -346 pontos) em relação a registros passados recentes. O ICEB de junho, por exemplo, registrou a melhor pontuação desde fevereiro do ano passado (-334 pontos). Entretanto, os níveis de confiança permaneceram em patamares bem baixos ao longo do segundo trimestre, indicando nível considerável de pessimismo e dificuldade de retomada às condições de normalidade da atividade econômica na Bahia nos meses vindouros – impossibilitando, ainda, apontar um resgate da confiança no curto prazo.

EMPREGOS FORMAIS

A análise das médias móveis de doze meses do saldo de empregos celetistas na Bahia apontou um panorama de crescente dificuldade na geração de postos de trabalho no mercado formal nos últimos 24 meses. Após o auge, em julho de 2014, com 4.042 postos gerados, o saldo médio móvel de 12 meses chegou a 7.043 empregos formais eliminados em abril deste ano, menor resultado do período, revelando uma elevada redução do número de empregos protegidos¹ (Gráfico 1).

O gráfico abaixo, construído com base nas informações de fluxos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, permite constatar três momentos distintos do mercado de

¹ Ao longo do texto, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

trabalho baiano no período recente: i) em 2014: geração de empregos formais, mas com perda mensal de dinamismo; ii) em 2015: supressão crescente de postos de trabalho em quase todos os meses do ano; e iii) em 2016: intenso corte líquido de vínculos tutelados pela legislação trabalhista, sem perspectiva de melhora.

Pela ilustração, também se pode constatar que ocorreu uma acentuação no enfraquecimento do mercado de trabalho formal no segundo trimestre deste ano. Os meses de abril a junho, com saldos médios inferiores a todos os anteriores, acabaram por deprimir ainda mais o mercado de trabalho baiano, num movimento que poderá persistir, pelo menos, até o próximo trimestre.

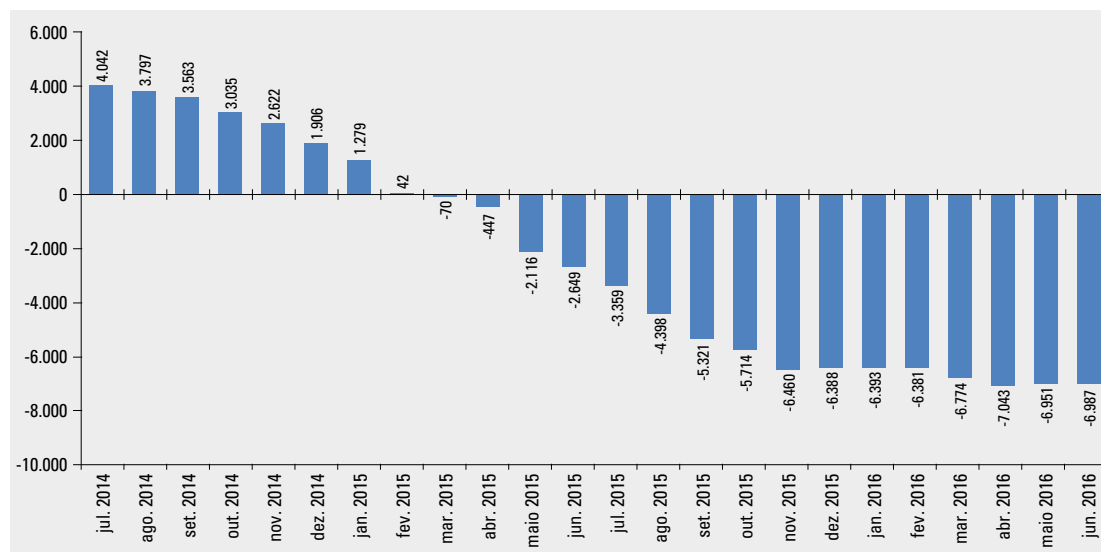


Gráfico 1
Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Jul. 2014-jun. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2016.

Com a supressão de 17.124 postos de trabalho de abril a junho, superior ao recuo ocorrido no trimestre imediatamente anterior (-10.470 postos), o ano de 2016 acumula a dispensa de 27.594 trabalhadores com carteira assinada no primeiro semestre (Gráfico 2) – redução de 1,57% no contingente de 1.757.696 empregos formais existentes ao final de 2015.

Além do mais, o ano de 2016 conta com o pior segundo trimestre, em termos de saldo, dos últimos dez anos. Os meses de abril (-3.534 postos) e junho (-7.976 empregos celetistas), tomados individualmente, apresentaram mínimos históricos na série de cada referido mês desde 2006. O saldo de maio (-5.614 postos) ficou com o segundo menor registro de sua série, superior apenas ao verificado em 2015, quando foram cortados 6.709 postos de trabalho.

Como em 2015 e diferentemente de anos anteriores, este ano iniciou com queda na ocupação nos dois primeiros trimestres do ano. No entanto, no acumulado do ano corrente, a contração do número de empregos com carteira assinada (-27.594 postos) está mais de um terço acima da verificada no mesmo período do ano anterior, quando o encolhimento no nível de emprego formal totalizou 20.412 postos. Assim, tomando por base o ano de 2015, quando o número de postos de trabalho suprimidos na Bahia foi o maior do período recente, o futuro que se avizinha parece apontar uma realidade ainda mais desalentadora para 2016.

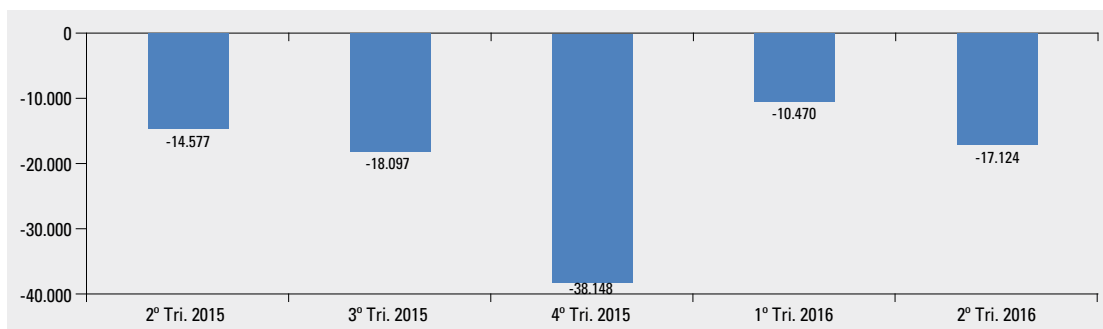


Gráfico 2

Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 2º tri. 2015-2º tri. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2016.

Excetuando o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

A contração no mercado de trabalho formal baiano no segundo trimestre deste ano alcançou cinco dos oito setores da atividade econômica. Apesar de o número de setores que eliminaram postos de trabalho ter sido o mesmo registrado no primeiro trimestre deste ano e no segundo do ano passado, houve um maior declínio do nível de ocupação no atual trimestre. Outra diferença está no fato de a Indústria de Transformação ter cedido lugar ao segmento de Extrativa Mineral no grupo de setores que eliminou postos de trabalho.

Numa avaliação setorial, Serviços e Construção Civil, com dispensa de 9.102 e 8.902 trabalhadores no segundo trimestre de 2016, respectivamente, destacaram-se com os desempenhos mais negativos. Em contrapartida, conforme a Tabela 1, os setores de Agropecuária (+5.796 postos) e Indústria de Transformação (+749 postos) evidenciaram o maior número de postos de trabalho abertos no trimestre.

Tabela 1

Comportamento do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica em termos de saldo, por trimestre – Bahia – 2º tri. 2015/1º tri. 2016/2º tri. 2016

Sector de atividade econômica	2º tri. 2015	1º tri. 2016	2º tri. 2016
Extrativa Mineral	108	0	-611
Indústria de Transformação	-516	-2.496	749
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-208	-82	-175
Construção Civil	-12.566	-768	-8.902
Comércio	-1.408	-6.732	-5.155
Serviços	-6.832	-4.689	-9.102
Administração Pública	87	2.151	276
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	6.758	2.146	5.796
Total	-14.577	-10.470	-17.124

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2016.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada do país também foi negativo no segundo trimestre de 2016, registrando 221.255 postos de trabalho suprimidos. Entre as unidades da Federação, 24 apresentaram perda de postos. No *ranking* nacional, ordenado do maior ao menor saldo no período, a Bahia, com corte de 17.124 oportunidades ocupacionais, ficou na 24ª posição no trimestre, três abaixo da ocupada no trimestre anterior.

A Região Nordeste, com o encerramento de 62.681 empregos celetistas, ficou com o segundo menor saldo entre as regiões no trimestre. Somente o Sudeste, com 85.405 postos de trabalho

suprimidos, eliminou mais. Entre os estados nordestinos, nenhum obteve saldo positivo. A Bahia (-17.124 postos) foi o de menor saldo no trimestre. Em seguida, os estados com as maiores perdas de postos de trabalho na região foram Pernambuco (-12.001 postos), Alagoas (-8.932 postos) e Ceará (-7.373 postos).

Quanto à distribuição intraestadual, diferentemente do ocorrido no trimestre antecedente, quando ambas as regiões eliminaram postos de trabalho, no segundo trimestre deste ano somente a Região Metropolitana de Salvador (RMS) revelou corte de vagas. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, no entanto, o padrão se repetiu, com a RMS eliminando postos de trabalho e o interior gerando emprego – mas, agora, as duas regiões apresentaram desempenho inferior ao de um ano atrás.

No segundo trimestre, a RMS eliminou 19.576 empregos com registro em carteira, uma perda quase duas vezes maior que a do primeiro trimestre (-9.975 postos). O interior, por sua vez, foi responsável pela geração de 2.452 postos de trabalho nesse mesmo intervalo (Tabela 2). Assim, a perda de empregos formais na RMS, no acumulado do ano, mais que compensou o aumento de postos de trabalho constatado no interior, o que permite apontar a área metropolitana como epicentro da perda de dinamismo do mercado de trabalho formal no território baiano até o momento.

Tabela 2
Comportamento do mercado de trabalho celetista baiano entre RMS e interior, em termos de saldo, por trimestre – 2º tri. 2015/1º tri. 2016/2º tri. 2016

Área geográfica	2º tri. 2015	1º tri. 2016	2º tri. 2016
Bahia	-14.577	-10.470	-17.124
RMS	-18.140	-9.975	-19.576
Interior	3.563	-495	2.452

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2016.

A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo negativo de 17.124 empregos formais, observado no segundo trimestre de 2016, foi oriundo de 142.076 admissões e 159.200 desligamentos. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, tanto as contratações (-12.765 admitidos) quanto os desligamentos (-6.111 desligados) apresentaram reduções, configuração incompatível para amparar um saldo positivo. A queda no número de admitidos, diante de um nível de ocupação cada vez menor, que engessa os desligamentos, revela uma realidade mais pertinente a uma dificuldade em se alocar e/ou realocar do que às chances em perder uma vaga.

Conforme a Tabela 3, no que se refere ao tipo de movimentação dos vínculos, as modalidades predominantes, Admissão por Reemprego e Desligamento por Demissão sem Justa Causa, variaram -11,3% e -4,1%, respectivamente, do primeiro ao segundo trimestre deste ano. No campo das admissões, o reemprego, tipo de contratação mais comum no mercado de trabalho formal baiano, correspondeu a 80,6% das admissões no trimestre encerrado em junho – percentual inferior ao do trimestre anterior, de 83,3%. Os contratados por prazo determinado e os admitidos no primeiro emprego responderam por 9,9% e 9,4%, respectivamente, das modalidades de ingresso no mercado de trabalho.

No que diz respeito aos desligamentos, a demissão sem justa causa foi responsável por 72,9% dos motivos no trimestre de abril a junho – proporção inferior aos 73,2% do trimestre precedente. As demais modalidades com alguma significância foram os desligamentos por término de contrato e a pedido, os quais equivaleram a 13,4% e 9,7% das formas de desligamento ocorridas.

No mercado de trabalho formal da Bahia, na comparação com o trimestre antecedente, as contratações por prazo determinado destacaram-se pela ampliação em 43,6%. No mesmo período, demissões com justa causa e desligamentos a pedido se distinguiram pela diminuição em 20,8% e 16,3%, respectivamente.

Tabela 3

Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 1º tri. 2016/2º tri. 2016

Tipo mov. desagregado	1º tri. 2016	2º tri. 2016	Varição
Admissão por Reemprego	129.031	114.499	-11,3%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	9.839	14.131	43,6%
Admissão por Primeiro Emprego	15.852	13.322	-16,0%
Admissão por Reintegração	119	124	4,2%
Admissão por Transferência	0	0	-
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	-183	-172	-6,0%
Desligamento por Morte	-549	-522	-4,9%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	-1.476	-1.169	-20,8%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	-3.682	-4.552	23,6%
Desligamento a Pedido	-18.381	-15.386	-16,3%
Desligamento por Término de Contrato	-19.992	-21.293	6,5%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	-121.048	-116.106	-4,1%
Total	-10.470	-17.124	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2016.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

Com o auxílio do Gráfico 3, que traz informações a respeito do saldo de empregos formais repartidos por faixa de salário mínimo, pode-se verificar que, nos dois trimestres de 2016, o fechamento de postos de trabalho alcançou quase todos os níveis de remuneração, excetuando-se o dos que receberam até um salário mínimo. Assim, apesar da debilidade do quadro econômico, o mercado de trabalho tem mantido a capacidade de gerar postos de trabalho para os que ganham menos – fato somente não observado no último trimestre de 2015, quando o saldo havia sido negativo até para este grupo.

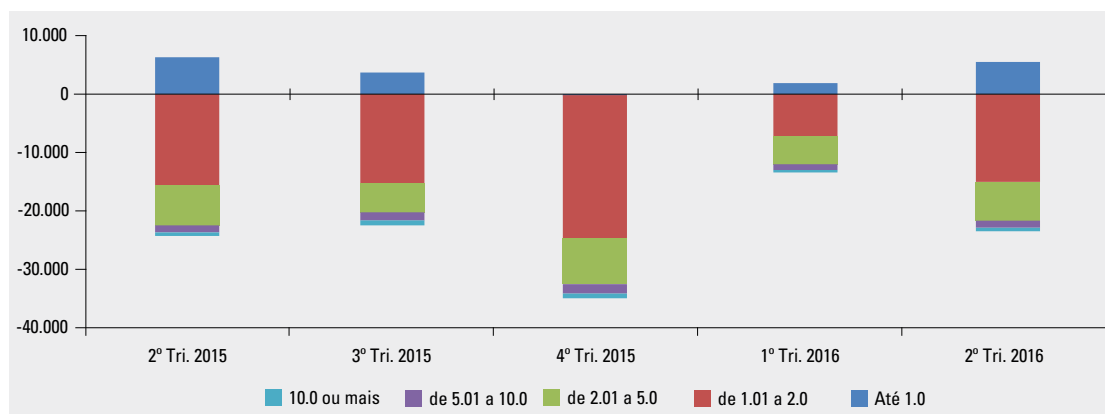


Gráfico 3

Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 2º tri. 2015-2º tri. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2016.

As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

Na passagem do primeiro ao segundo trimestre de 2016, o grupo dos que recebem menos tiveram sua absorção ampliada, enquanto os demais estratos se depararam com uma intensificação da perda de postos de trabalho. Entre os grupos salariais com eliminação de postos, aqueles

pertencentes ao estrato que recebe entre um e dois salários mínimos foram os mais penalizados, pois, além de registrar o menor saldo de postos de trabalho, enfrentaram a contração mais acentuada de empregos com carteira assinada de um trimestre ao outro.

Enfim, a preservação de empregos de menor salário em detrimento aos de maior salário continuou a ser verificada no trimestre de abril a junho deste ano. Pelo visto, com o agravamento e a persistência da crise, o expediente de desligar primeiramente os trabalhadores mais bem remunerados, posto em prática pelas empresas como medida de primeira ordem para controle dos custos, continua sendo adotado.

No segundo trimestre de 2016, o salário real médio de admissão, na Bahia, atingiu o valor de R\$ 1.178 – diferença de R\$ 194 em relação ao do país, que foi de R\$ 1.372. Num comparativo com o primeiro trimestre, quando alcançou R\$ 1.222, houve redução real de 3,6%. Na comparação interanual, também, ocorreu diminuição, já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.223 – recuo, portanto, de 3,7%. A evolução trimestral deste indicador pode ser acompanhada pelo Gráfico 4.

No segundo trimestre deste ano, após recuperação ocorrida no trimestre anterior, a remuneração média dos trabalhadores admitidos voltou a cair, dando prosseguimento ao decaimento observado ao longo de 2015. Em contrapartida, o salário real médio de desligamento, após dois recuos seguidos, voltou a subir. Assim, a diferença entre o salário real médio de desligados e admitidos, no segundo trimestre deste ano, aumentou em relação à dos trimestres da base de comparação. Enquanto no segundo trimestre de 2016 o trabalhador admitido recebeu, em média, 87,2% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no segundo de 2015, esses percentuais foram de 91,1% e 89,7%, respectivamente.

O preço de rotatividade da mão de obra na Bahia, no segundo trimestre de 2016, desse modo, diminuiu em relação ao dos trimestres de contraponto. À vista disso, com a continuidade dessa condição, qualquer intento futuro por parte das empresas de substituir empregados, visando enxugar a folha de pagamentos, tornar-se-á relativamente mais vantajoso, majorando, por conseguinte, a taxa de rotatividade.

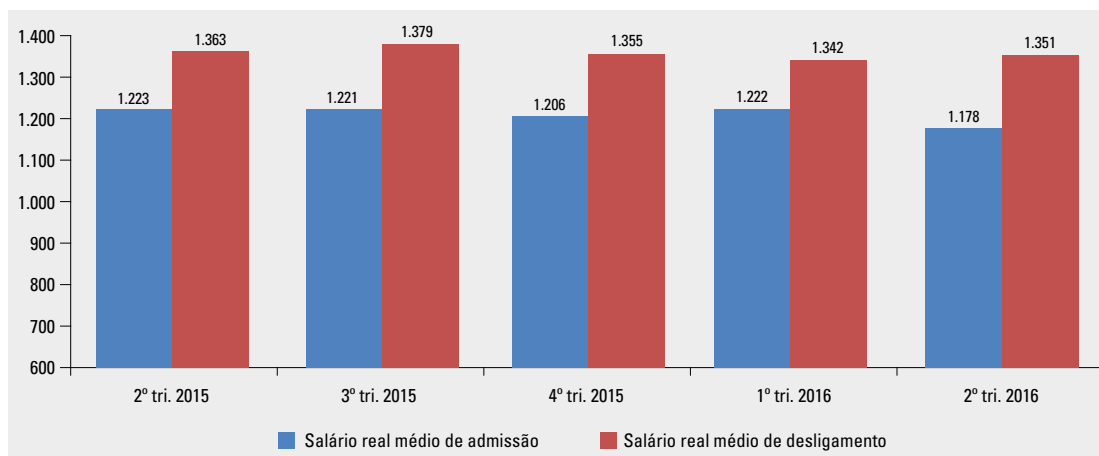


Gráfico 4
Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 2º tri. 2015-2º tri. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2016.

Dados deflacionados em relação a junho de 2016 pelo IPCA.

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o Estado da Bahia, sintetizados na Tabela 4, o primeiro semestre de 2016 confinou as duas maiores taxas trimestrais de desocupação desde o início de 2012, quando a estatística passou a ser calculada. A taxa do segundo trimestre foi estimada em 15,4%, 2,7 pontos percentuais maior que a do trimestre correspondente do ano anterior, quando a taxa ficou em 12,7%. Em confronto com a do primeiro trimestre deste ano, cuja taxa foi a maior da série, 15,5%, houve estabilidade, visto que a diferença não foi considerada estatisticamente significativa.

A taxa de desocupação na Bahia, no segundo trimestre de 2016, continuou acima da brasileira, cuja estimativa foi de 11,3%, e da nordestina, estimada em 13,2%. A Região Nordeste, por sinal, revelou a maior taxa entre as regiões no trimestre em análise, ficando a Região Sul com a menor, 8,0%. Entre as unidades da Federação, Amapá foi o estado com a maior taxa de desocupação (15,8%) e Santa Catarina (6,7%), aquele com a menor. A Bahia, dessa forma, foi o estado brasileiro com a segunda pior taxa de desocupação no trimestre.

A população ocupada, no trimestre analisado, foi estimada em 6,213 milhões, representando queda de 4,9% (-321 mil pessoas) em referência a do mesmo período do ano anterior e relativa estabilidade (-1 mil) quando confrontada com a do trimestre imediatamente antecedente.

A população desocupada na Bahia, no segundo trimestre do ano em curso, foi estimada em 1,129 milhão de pessoas – representando, dessa forma, redução de 1,1% frente à do trimestre imediatamente anterior e aumento de 18,6% em relação à do mesmo trimestre de 2015. O montante de 177 mil pessoas a mais que o registrado no ano anterior no contingente sem ocupação se deveu à redução de 321 mil postos de trabalho, agregada aos 144 mil indivíduos que saíram da força de trabalho no período.

No segundo trimestre deste ano, o número de ocupados como empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada, estimado em 1,587 milhão de pessoas, diminuiu tanto na comparação anual quanto em relação ao trimestre antecedente – um recuo de 195 mil (-11,0%) e 103 mil (-6,1%), respectivamente. Os empregados sem carteira de trabalho assinada, que totalizaram 956 mil pessoas no trimestre em questão, não apresentaram variação estatisticamente significativa quanto aos trimestres de referência.

Segundo os grupamentos de atividade econômica, o nível de emprego entre o primeiro e o segundo trimestre se reduziu no de Alojamento e alimentação (-10,3%); Construção (-5,8%); Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-4,3%); Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-3,9%); e Transporte, armazenagem e correio (-3,6%); e aumentou no de Indústria geral (+9,0%); Serviços domésticos (+7,2%); Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (+5,0%); Outros serviços (+3,1%); e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+2,5%).

Com base na PNADC, o rendimento médio real, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2016, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.285 – menor registro desde o primeiro trimestre de 2012. Em relação ao segundo trimestre de 2015, quando o rendimento

médio real estava em R\$ 1.411, o resultado do trimestre atual sofreu recuo de 8,9%, e num comparativo com o valor do trimestre anterior, R\$ 1.349, a queda foi de 4,7%.

No segundo trimestre de 2016, a massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R\$ 7,679 bilhões – queda de 4,0% frente à do trimestre imediatamente anterior, quando registrou R\$ 8,0 bilhões e de 11,8% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano anterior, cujo valor havia sido de R\$ 8,708 bilhões.

Tabela 4
Resumo das principais informações da PNAD Contínua para a Bahia

Indicador	Período			Variação	
	2º tri. 2015	1º tri. 2016	2º tri. 2016	2º tri. 2016/ 2º tri. 2015	2º tri. 2016/ 1º tri. 2016
Taxa de desocupação	12,7%	15,5%	15,4%	2,7 p.p.	-0,1 p.p.
Nível da ocupação	54,4%	51,7%	51,5%	-2,9 p.p.	-0,2 p.p.
População ocupada	6,534 milhões	6,214 milhões	6,213 milhões	-4,9%	0,0%
População desocupada	952 mil	1.142 mil	1.129 mil	18,6%	-1,1%
Rendimento real habitual	R\$ 1.411	R\$ 1.349	R\$ 1.285	-8,9%	-4,7%
Massa de rendimento (em milhões de reais)	R\$ 8.708	R\$ 8.000	R\$ 7.679	-11,8%	-4,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) – IBGE.

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) mostram aprofundamento das dificuldades no mercado de trabalho local no segundo semestre de 2016, em razão da persistente redução do nível de atividade da economia brasileira, especialmente intensa após 2014. A deterioração das condições de funcionamento do mercado envolve aspectos relativos à dinâmica, cujo indicador mais visível, a taxa de desemprego², tem crescimento acelerado no período; à inserção ocupacional, pela deterioração da qualidade das posições de trabalho; e aos aspectos relacionados aos níveis de rendimentos do trabalho, cuja redução vem afetando fortemente a massa salarial.

A PEDRMS mostra que a taxa de desemprego total cresceu ao longo do ano de 2015, atingindo níveis especialmente elevados no primeiro semestre de 2016. O desemprego evoluiu de 18,0% para 24,8% da População Economicamente Ativa (PEA) entre o segundo trimestre do ano passado e o do ano em curso, aumentando em 136 mil pessoas, ou 41,3%, o contingente de desempregados da RMS, estimado em 465 mil (Gráfico 5 e Tabela 1A, em apêndice).

² A taxa de desemprego total é uma média móvel, calculada com base em três painéis, envolvendo a coleta dos últimos três meses. Outros indicadores da PEDRMS seguem a mesma metodologia.

Embora o crescimento da taxa de desemprego nos últimos 12 meses tenha afetado todos os seus componentes, o aumento foi mais intenso para o desemprego oculto (aumento de 66,7%, passando de 4,2% para 7,0%), especialmente pelo desemprego oculto por trabalho precário (aumento de 77,8%, ao passar de 3,6% para 6,4%) e foi menos vigoroso para o desemprego aberto (crescimento de 29,0%, passando de 13,8% para 17,8%), indicando que um número crescente de trabalhadores está se submetendo às difíceis condições do trabalho precário na ausência de oportunidades de trabalho em postos de qualidade e/ou atingidos pelo desalento, mesmo quando persistem necessitando de ocupação.

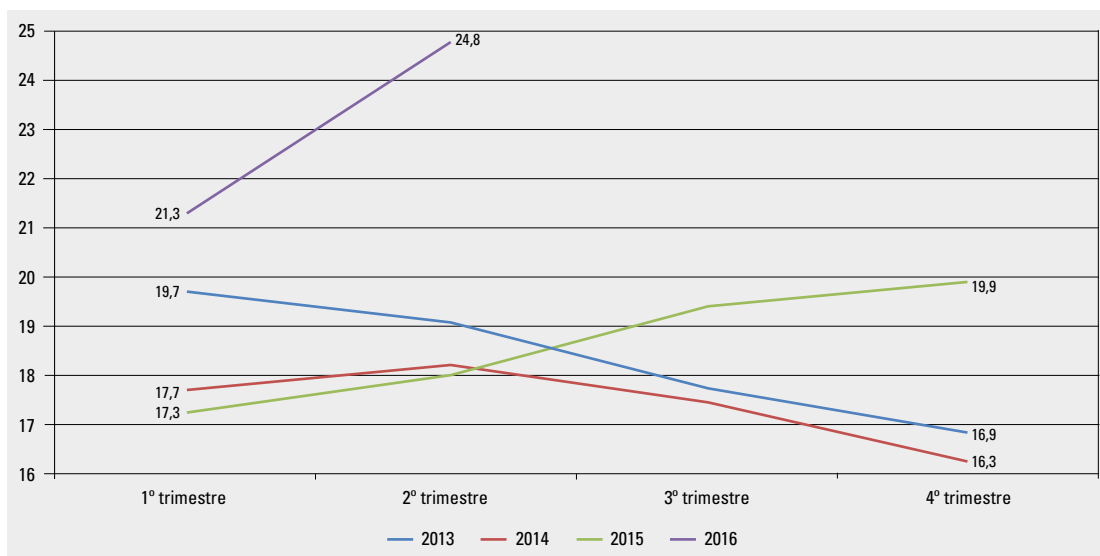


Gráfico 5
Taxa de desemprego total por trimestre – RMS – 2013-2016

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

A dificuldade de obter uma posição de trabalho e a deterioração da condição do desemprego no período também se manifestam no aumento em sete semanas no tempo médio despendido pelos desempregados na procura por trabalho. No segundo trimestre de 2015, o tempo médio de procura foi calculado em 45 semanas, período que passa para 51 semanas no ano corrente.

O forte crescimento da taxa de desemprego da RMS está relacionado com a seguinte ordem de fatores: i) queda do nível de atividade, reduzindo drasticamente o número de postos de trabalho, especialmente a partir do primeiro trimestre de 2015; e ii) alteração na evolução da População Economicamente Ativa que, após um período prolongado de relativa estabilidade ou queda, voltou a apresentar variações positivas, sugerindo que as famílias aos poucos voltam a encaminhar seus membros para o mercado de trabalho, apesar das dificuldades de sucesso na busca por inserção produtiva.

A redução dos postos de trabalho e o pequeno crescimento da PEA explicam o acelerado aumento da taxa e do número de desempregados. Com efeito, a ocupação reduziu em 48 mil pessoas entre o primeiro e o segundo trimestre do ano, representando uma perda de 3,3% no total de postos de trabalho. O número de trabalhadores ocupados vem diminuindo rapidamente e de forma regular na RMS desde o primeiro trimestre de 2015³, de maneira que no segundo trimestre de 2016 havia menos 90 mil ocupados (-6,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 6 e Gráfico 7).

³ No período em análise, a única exceção na trajetória de decréscimo da ocupação em relação ao trimestre anterior se deu no quarto trimestre do ano passado com o surgimento de 44 mil novas posições de trabalho.

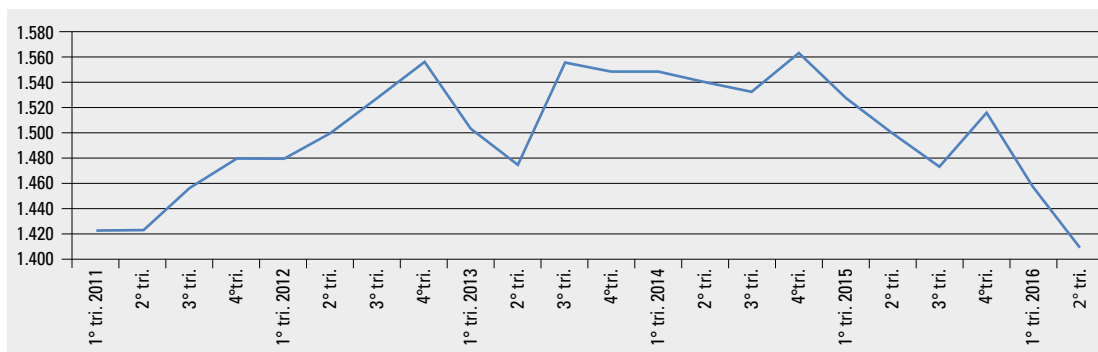


Gráfico 6
Número de pessoas ocupadas por trimestre – RMS – 2011-2016

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

Ao tempo em que diminui o número de pessoas com ocupação, a PEA, cuja variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior foi negativa nos três primeiros trimestres de 2015, dá sinais de reação, apresentando oscilações positivas nos últimos três períodos.

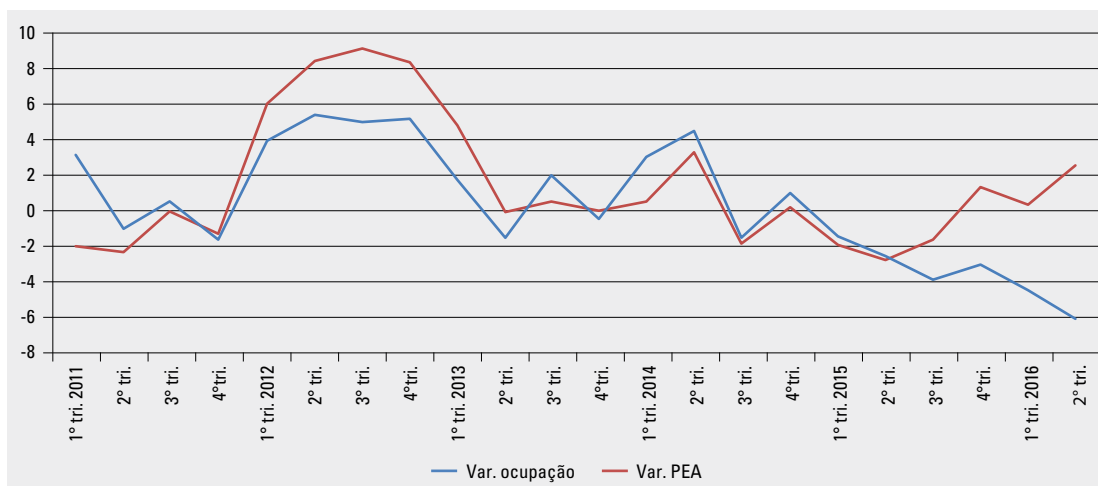


Gráfico 7
Variação em 12 meses da PEA e da Ocupação por trimestre – RMS – 2011-2016

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

No que se refere à variação da taxa de participação dos grupos populacionais em relação ao primeiro trimestre de 2016, ela foi positiva e mais intensa para pessoas cuja escolaridade era o 1º grau completo ou 2º incompleto (aumento de 6,5%), demais membros do grupo familiar que não o chefe (4,3%), trabalhadores com idade entre 50 e 59 anos (3,8%), mulheres (1,6%) e negros (0,9%). A taxa decresceu no mesmo período para diversos segmentos populacionais, indicando que reduziram sua presença no mercado de trabalho. Nessa condição merecem ser mencionados os indivíduos com 60 anos de idade ou mais (-5,9%), os trabalhadores com o terceiro grau completo (-3,7%) e aqueles com o primeiro grau incompleto (-2,9%) (Tabela 2A, em apêndice).

A análise dos resultados em relação ao mesmo trimestre do ano anterior permite uma redução dos efeitos da sazonalidade. Constata-se, então, que entre os segmentos populacionais segundo a escolaridade apenas aqueles com 1º grau completo ou 2º incompleto, considerados entre os que têm pouca instrução, ampliaram a parcela presente no mercado de trabalho (aumento de 5,3%) nos últimos 12 meses. Para os portadores de outros níveis de escolaridade houve redução ou relativa estabilidade. Além disso, as pessoas com 40 a 49 anos de idade, as com

25 a 39 anos, as não negras e as mulheres também ampliaram a demanda por ocupação em 3,4%, 2,6%, 2,8% e 2,0%, respectivamente.

O desaparecimento de 48 mil postos de trabalho entre o primeiro e o segundo trimestre de 2016 resulta do fechamento de 28 mil posições de trabalho nos **Serviços** (-3,0% dos existentes anteriormente); 15 mil na **Construção** (-12,3%); cinco mil na **Indústria de transformação** (-4,6%); e da estabilização do nível de emprego no **Comércio** em 278 mil trabalhadores (Tabela 3A, em apêndice).

Em relação ao segundo trimestre de 2015, foram perdidos cerca de 90 mil postos de trabalho, distribuídos entre os setores de **Serviços** (menos 29 mil ou -3,1% dos existentes no segmento em 2015), **Indústria de transformação** (-25 mil ou -19,4%), no **Comércio** (-19 mil ou -6,4%) e na **Construção** (-14 mil ou -11,6%).

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, a redução da ocupação tem afetado mais intensamente os vínculos formais ou estruturados, embora seus efeitos também se façam notar nas posições mais frágeis e/ou instáveis. Entre o primeiro e o segundo trimestre de 2016, houve redução no número de trabalhadores **Assalariados** (menos 44 mil ou -4,4% do contingente) e **Autônomos** (-12 mil pessoas ou -4,5%) e crescimento apenas para os **Empregados domésticos** (três mil ou 2,6%) (Gráfico 8 e Tabela 4A, em apêndice).

Entre os **Assalariados**, segmento cujo crescimento foi importante para o avanço da formalização e crescimento do mercado de trabalho da RMS nos anos 2000, houve redução do número de trabalhadores no setor privado (fechamento de 48 mil postos ou -5,5% dos ocupados) e acréscimo no setor público (três mil trabalhadores ou 2,4%)⁴. No setor privado, decresceu fortemente o contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (redução de 54 mil postos ou -6,9%) e aumentou o de empregados sem carteira assinada (seis mil ou 6,5%), expondo a evolução da deterioração das posições de trabalho.

Ainda em relação à posição na ocupação, nos últimos 12 meses houve redução nos contingentes de trabalhadores **Assalariados** (-69 mil ou -6,7%) e **Autônomos** (-13 mil postos ou -4,9%). O **Emprego doméstico** manteve a ocupação em 118 mil trabalhadores. A queda da ocupação assalariada levou o segmento ao patamar registrado no terceiro trimestre de 2011.

A redução entre os assalariados foi devido a perda de postos de trabalho tanto no setor privado (queda de 49 mil ou -5,6%) quanto no setor público (-20 mil ou -13,5%). O fechamento de postos de trabalho no setor privado atingiu fortemente as posições protegidas pela carteira de trabalho assinada pelo empregador, cuja perda alçou a 57 mil postos de trabalho, recuo de 7,2% dos existentes em 2015. O número de posições assalariadas precárias, representadas pelo trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada, aumentou: foram criadas oito mil posições de trabalho, representando 8,8% das existentes no ano anterior.

4 Apesar do crescimento em relação ao primeiro trimestre, o número de trabalhadores assalariados no setor público tem decrescido ao longo dos últimos anos, de modo que seu contingente no segundo trimestre de 2016 foi 20,0% inferior à média dos trabalhadores nessa área nos anos 2000.

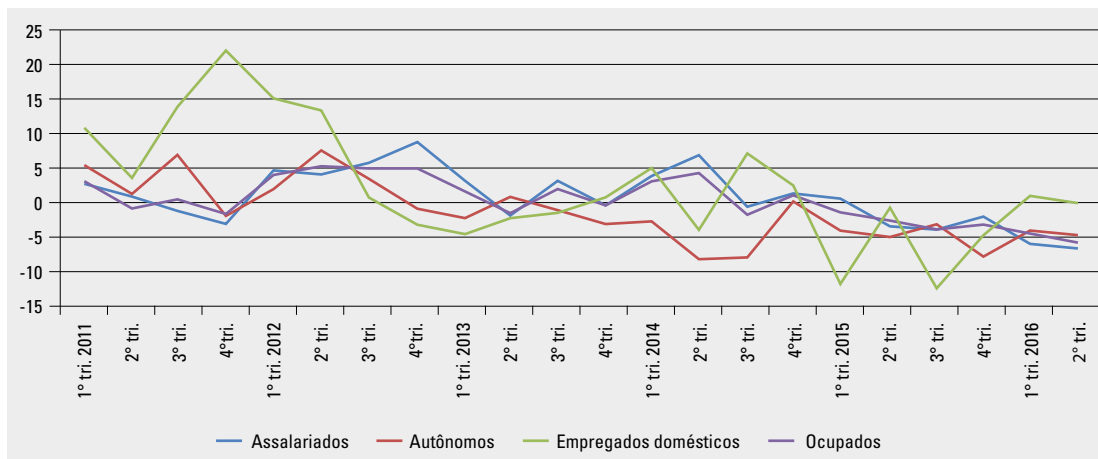


Gráfico 8
Variação em 12 meses da ocupação por posição – RMS – 2011-2016

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

Embora os dados disponíveis pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS sobre rendimentos do trabalho não abranjam todos os meses em análise⁵, os valores encontrados para os ocupados nos dois primeiros meses do trimestre mostram perdas tanto do nível de rendimento médio real quanto da massa de rendimentos.

Em comparação aos valores reais vigentes no primeiro trimestre, os rendimentos dos ocupados regrediram 0,9% em maio e 1,0% em abril, indicando que poderemos ter, pelo sexto trimestre consecutivo, queda no nível real médio de rendimentos dos ocupados. A massa de rendimentos também diminuiu em relação ao primeiro trimestre em abril e maio: no primeiro caso, recuo de 2,2% e no segundo, de 3,4%. A redução da massa de rendimentos nesse período deveu-se tanto à queda dos rendimentos médios reais quanto da ocupação (Gráfico 9 e Tabela 5A, em apêndice).

No contingente assalariado, em relação ao primeiro trimestre, houve relativa estabilidade no nível médio real dos salários no mês de abril (-0,1%) e crescimento em maio (0,9%). Contudo, deve-se considerar que o salário médio encontra-se nos níveis mais baixos da série trimestral iniciada em 2010. Apesar das oscilações na média do rendimento, a massa de salários continua a se reduzir em razão, principalmente, da queda no nível de emprego.

O quadro da evolução dos rendimentos do trabalho é mais grave na série dessazonalizada. Em relação aos valores do segundo trimestre de 2015, o rendimento médio real dos ocupados diminuiu 9,4% e 9,3% em abril e maio, respectivamente. O impacto da redução dos rendimentos juntamente com a queda da ocupação (calculada em -4,0% e -5,3% nesses meses) levou a perdas de 13,0%, em abril, e 14,1%, em maio, na massa dos rendimentos.

As perdas também foram elevadas para os assalariados. Em relação ao segundo trimestre de 2015, os salários diminuíram em média 9,0% e 8,1% nos meses de abril e maio e a massa de salários caíram 12,3% e 12,8%, respectivamente. Embora as perdas de salário tenham sido mais elevadas, a redução do emprego (queda de 3,6% em abril e de 5,2% em maio) também contribuiu para a evolução negativa da renda dos trabalhadores.

⁵ A razão para a defasagem das informações sobre rendimento nas pesquisas que adotam a metodologia da PED se deve ao fato dos entrevistados serem inquiridos sobre os rendimentos obtidos no mês anterior. Trata-se, portanto, do rendimento de fato recebido e não do rendimento esperado para o mês da entrevista.

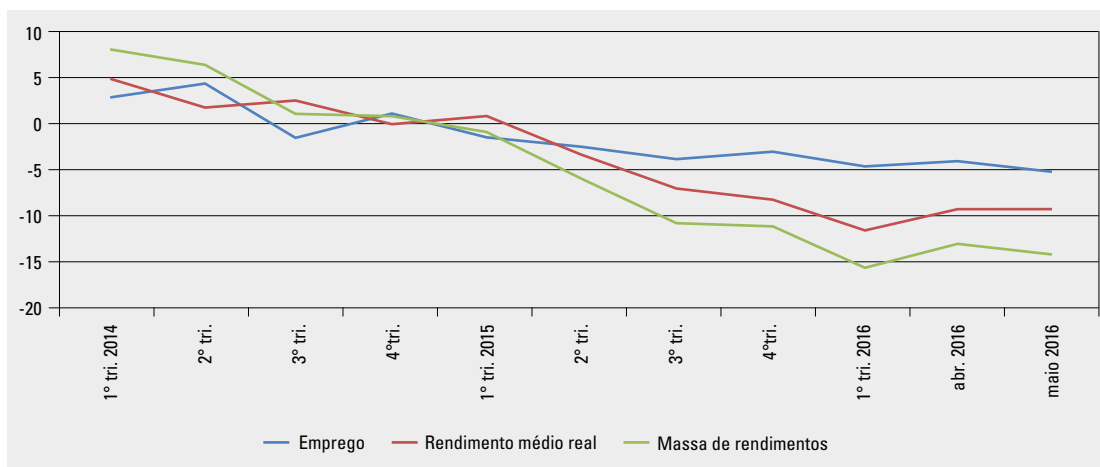


Gráfico 9

Variação em relação ao trimestre do ano anterior do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos – RMS – 2014-2016

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano, realizada mensalmente com representantes dos setores produtivos da Bahia, sonda as expectativas empresariais a respeito de diversos assuntos, colaborando, assim, para captar prováveis rumos de aspectos relevantes da economia do estado. O ânimo quanto à contratação futura por parte dos setores participantes, por exemplo, é um dos objetos da pesquisa.

Construído a partir das respostas dos empresários baianos em relação aos planos de contratar, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013. Atingindo patamares bastante pessimistas, a mensagem exposta por esse indicador para os meses futuros continua sendo a de eliminação de postos de trabalho.

Os IEE dos meses componentes do segundo trimestre de 2016 (abril: -511 pontos; maio: -430 pontos; e junho: -336 pontos) passaram a evidenciar uma considerável expectativa de redução de postos de trabalho para o intervalo vindouro de um ano, em patamares menos pessimistas quando comparados ao indicador do mês de encerramento do primeiro trimestre do ano (-521 pontos). A propósito, o mês de junho revelou o registro menos negativo desse indicador desde fevereiro de 2015 (-333 pontos).

Em relação ao fecho do trimestre antecedente, todos os setores atenuaram o desânimo ao final do segundo trimestre deste ano (Gráfico 10). Destaque para o setor de Serviços, com quatro avanços seguidos em seu indicador. O segmento de Comércio apresentou o menor dos indicadores para emprego em junho, sinalizando grau considerável de pessimismo. No ano, foi a segunda vez que o cenário projetado por este setor, no quesito emprego, assumiu o resultado

mais pessimista. No mês de encerramento do segundo trimestre de 2016, Agropecuária, Indústria e Serviços também se situaram em um patamar de pessimismo considerável.

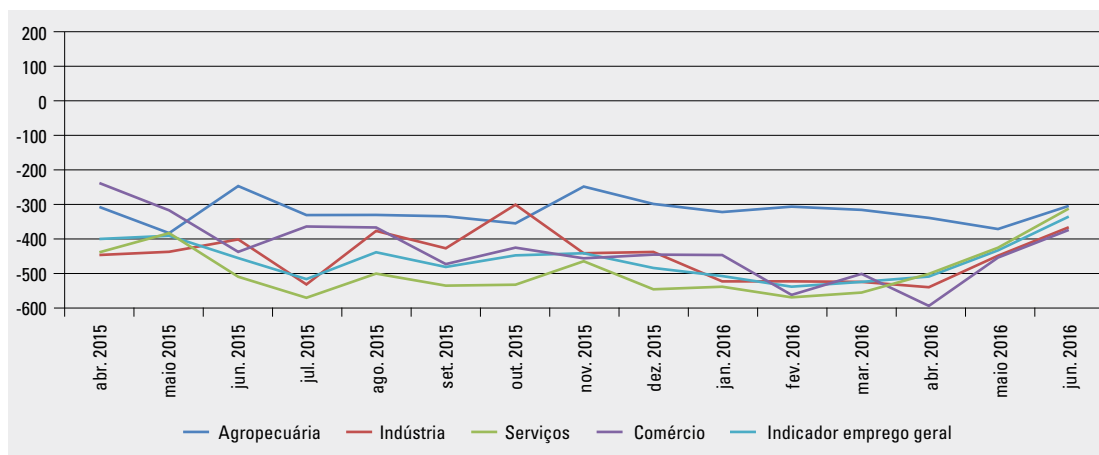


Gráfico 10
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego, por setor de atividade – Bahia – Abr. 2015-jun. 2016

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2016.

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses seguintes, observado no segundo trimestre de 2016, 70,2% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover o desligamento de empregados; 27,1% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; e apenas 2,7% cogitaram a possibilidade de contratar.

Conforme o Gráfico 11, o intento, por parte do setor produtivo baiano, de reduzir o quadro de funcionários no futuro voltou a decrescer – após atingir seu maior nível no trimestre imediatamente anterior. Em paralelo, o fito de admitir voltou a progredir, assumindo seu maior estágio entre os trimestres em averiguação, e o de manter trabalhadores aumentou na comparação com o registro anterior, interrompendo o compasso de queda observado no intervalo considerado.

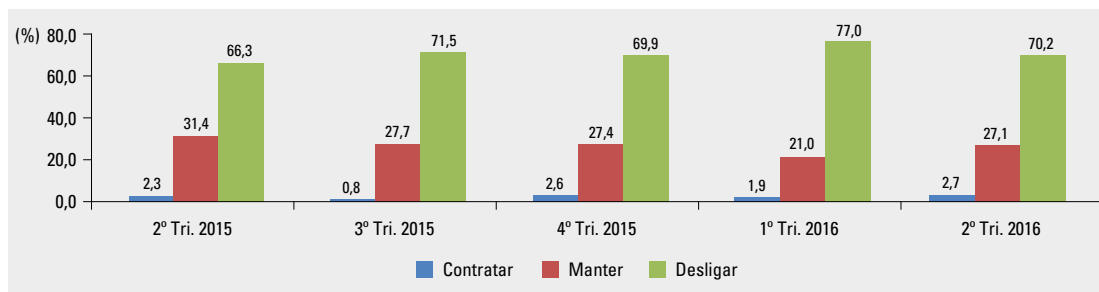


Gráfico 11
Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – 2º tri. 2015-2º tri. 2016

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2016.

Projeção do emprego formal

Sem considerar as declarações fora do prazo, a projeção realizada pela SEI indica que a deterioração do mercado de trabalho baiano continua em curso, com corte previsto de 17.799 postos de trabalho formais no terceiro trimestre de 2016⁶. Se confirmada tal expectativa, o saldo de empregos com carteira assinada na Bahia, no próximo trimestre, representará o segundo menor registro para o período desde 2006. O menor saldo num terceiro trimestre, portanto,

⁶ A projeção feita pela SEI baseou-se em dados atualizados até junho de 2016.

continuará sendo o ocorrido em 2015, quando foram eliminados 18.097 vínculos de trabalho com carteira assinada, até então único episódio de saldo negativo entre os terceiros trimestres dos últimos dez anos.

A perda de empregos celetistas esperada para o terceiro trimestre do ano está sendo influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Serviços (-7.701 postos), Construção Civil (-4.424 oportunidades) e Comércio (-2.767 postos). Entretanto, nenhum dos segmentos revelou saldo projetado positivo. As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 5
Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica

Mês	Setor de atividade econômica								
	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Total
Jul. 2016	-124	-278	-99	-1.704	-1.553	-3.097	-98	383	-6.570
Ago. 2016	-132	-445	-49	-1.588	-1.052	-2.489	-58	-597	-6.410
Set. 2016	-92	-588	-50	-1.132	-162	-2.115	-51	-629	-4.819
Total	-348	-1.311	-198	-4.424	-2.767	-7.701	-207	-843	-17.799

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2016.

A projeção feita pela SEI, com supressão de 17.799 vínculos formais no terceiro trimestre de 2016, o cenário captado pela Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano, com indicadores ainda deteriorados, juntamente com outros vetores de desaceleração econômica no estado, além dos últimos dados de fluxos do Caged e das informações vinculadas pela PNADC e PEDRMS, ajudam a fundamentar a permanência da expectativa negativa quanto à dinâmica do emprego na Bahia para os próximos meses – consolidando os indícios de que o mercado de trabalho celetista continuará enfrentando dificuldades no território baiano em 2016. Ou seja, não se enxergam sinais de mudança capazes de legitimar uma retomada em curto prazo.

APÊNDICE

Tabela 1A
Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos		Taxas (%)		População Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (pea/pia)	Desemprego total (des/pea)	
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2	128,0	1.226	58,4	19,9	3.424
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4	129,2	1.238	58,2	16,7	3.436
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4	130,1	1.246	58,1	16,2	3.447
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6	129,7	1.243	58,4	13,8	3.459
1º tri. 2011	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	137,3	1.315	56,2	15,7	3.470
2º tri. 2011	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	139,1	1.333	55,8	15,5	3.482
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	135,9	1.302	57,0	15,8	3.494
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	137,8	1.320	56,6	14,1	3.505
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	132,4	1.268	58,5	17,3	3.517
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	130,2	1.247	59,4	17,9	3.529
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	125,3	1.200	61,1	19,0	3.541
4º tri. 2012	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	128,7	1.233	60,2	16,6	3.553
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	129,3	1.239	60,2	19,7	3.565
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	136,1	1.304	58,3	19,1	3.577
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	130,2	1.247	60,3	17,8	3.589
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	134,7	1.290	59,1	16,9	3.601
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	134,2	1.286	59,4	17,7	3.613
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	135,9	1.302	59,1	18,2	3.625
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	139,9	1.340	58,1	17,5	3.637
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	140,1	1.342	58,2	16,3	3.649
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	144,2	1.381	57,2	17,3	3.662
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	147,5	1.413	56,4	18,0	3.674
3º tri. 2015	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	149,2	1.429	56,1	19,4	3.686
4º tri. 2015	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	143,6	1.376	57,9	19,9	3.699
1º tri. 2016	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	149,5	1.432	56,4	21,3	3.711
2º tri. 2016	1.874	125,2	1.409	128,2	465	116,8	148,7	1.425	56,8	24,8	3.724
Variação(%)											
2º tri. 2016/1º tri. 2016		1,2		-3,3		17,7	-0,5		0,7	16,4	0,4
Variação (%)											
2º tri. 2016/2º tri. 2015		2,5		-6,0		41,3	0,8		0,7	37,8	1,4

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 2A

Taxas de Participação, por Atributos Pessoais – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016

Trimestres	Taxa de Participação																	
	Total	Sexo		Idade						Posição no Domicílio		Raça/Cor		Grau de Instrução				
										Chefes	Demais Membros	Negros	Não-Negros	Analfabetos (1)	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo / 2º Incompleto	2º Grau Completo / 3º Incompleto	3º Grau Completo
1º tri. 2010	58,4	66,8	51,4	(2)	63,7	83,3	77,1	58,8	16,4	66,9	53,5	58,6	56,6	(2)	38,0	54,8	74,4	79,9
2º tri. 2010	58,2	66,8	51,1	(2)	58,9	83,0	76,9	60,4	16,1	68,9	52,1	58,3	57,9	(2)	37,5	54,9	72,3	84,1
3º tri. 2010	58,1	65,9	51,7	(2)	58,2	83,6	78,0	59,9	15,0	68,1	52,3	58,4	56,2	(2)	35,5	57,6	73,4	80,6
4º tri. 2010	58,4	67,5	51,1	(2)	60,3	83,1	77,3	59,9	18,1	67,9	53,1	59,0	55,2	23,7	37,0	55,9	73,7	82,6
1º tri. 2011	56,2	64,2	49,5	(2)	57,4	81,9	77,0	56,9	16,4	65,7	50,7	56,4	54,6	(2)	35,2	54,1	71,8	81,3
2º tri. 2011	55,8	65,0	48,2	(2)	55,4	80,5	77,1	58,7	15,8	66,3	49,6	56,0	53,7	21,3	34,8	54,5	72,6	80,1
3º tri. 2011	57,0	65,5	49,9	(2)	58,5	80,7	77,6	59,0	17,4	68,8	50,1	57,1	55,8	22,9	37,3	56,0	74,0	82,8
4º tri. 2011	56,6	65,0	49,6	(2)	56,0	81,6	75,0	59,1	18,7	68,6	49,4	56,4	58,1	21,4	36,6	55,9	73,8	82,7
1º tri. 2012	58,5	66,6	51,5	(2)	61,4	83,0	77,4	59,2	17,0	69,9	51,8	58,6	58,1	23,0	38,8	58,1	76,1	79,0
2º tri. 2012	59,4	67,1	52,9	(2)	61,9	84,0	77,3	59,6	17,1	69,8	53,2	59,8	55,9	23,4	39,1	60,4	76,4	82,2
3º tri. 2012	61,1	68,6	54,7	(2)	65,8	83,9	78,9	64,4	18,0	72,9	54,1	61,1	60,8	23,8	41,0	64,7	77,2	80,3
4º tri. 2012	60,2	68,1	53,4	(2)	61,9	84,0	78,0	63,2	19,6	71,4	53,3	60,4	57,9	21,8	40,3	58,8	76,6	82,4
1º tri. 2013	60,2	68,2	53,7	(2)	65,5	84,1	78,1	62,2	17,3	71,1	53,4	60,4	59,0	24,4	39,3	60,2	76,3	83,7
2º tri. 2013	58,3	66,1	51,9	(2)	62,7	83,5	77,7	62,0	15,7	68,3	52,4	58,4	58,0	(2)	36,1	58,5	76,5	81,8
3º tri. 2013	60,3	67,5	54,2	(2)	62,8	84,4	79,2	60,6	19,3	70,6	53,8	60,5	58,6	23,7	39,1	62,1	75,7	83,1
4º tri. 2013	59,1	67,6	52,1	(2)	61,8	83,4	77,7	63,0	17,4	68,9	53,0	59,4	55,8	23,1	37,1	61,1	75,2	80,7
1º tri. 2014	59,4	67,7	52,3	(2)	62,2	83,3	76,5	60,7	17,7	69,8	52,6	59,6	57,1	25,8	39,3	58,3	74,4	80,3
2º tri. 2014	59,1	67,5	52,1	(2)	60,7	83,2	78,8	60,7	18,7	69,5	52,5	59,2	57,9	24,2	38,4	56,6	73,9	81,5
3º tri. 2014	58,1	66,0	51,6	(2)	58,0	82,5	77,4	62,5	16,8	68,4	51,3	57,9	59,7	20,7	37,4	56,2	73,4	80,1
4º tri. 2014	58,2	66,8	51,0	(2)	59,5	82,1	77,3	60,8	17,7	68,1	51,7	58,4	56,2	22,7	37,5	59,1	72,7	79,7
1º tri. 2015	57,2	65,5	50,1	(2)	57,9	81,1	78,0	61,3	15,6	68,0	50,0	57,1	57,6	(2)	35,4	55,6	71,7	80,3
2º tri. 2015	56,4	65,0	49,2	(2)	59,0	79,9	74,1	60,7	14,4	65,2	50,3	56,3	57,4	(2)	34,2	53,1	71,0	78,1
3º tri. 2015	56,1	65,3	48,5	(2)	56,1	79,2	76,3	62,5	14,7	66,5	49,1	55,8	59,7	(2)	34,0	55,1	70,9	79,3
4º tri. 2015	57,9	66,4	50,9	(2)	57,9	81,9	78,0	61,9	16,1	67,9	51,0	58,0	56,5	(2)	34,9	56,7	71,4	80,5
1º tri. 2016	56,4	64,7	49,4	(2)	56,7	82,0	76,3	57,5	15,3	67,1	48,9	56,2	59,5	(2)	34,6	52,5	70,4	78,8
2º tri. 2016	56,8	64,8	50,2	(2)	58,2	82,0	76,6	59,7	14,4	65,5	51,0	56,7	59,0	(2)	33,6	55,9	70,9	75,9
Variação(%)																		
2º tri. 2016/1º tri. 2016	0,7	0,2	1,6		2,6	0,0	0,4	3,8	-5,9	-2,4	4,3	0,9	-0,8		-2,9	6,5	0,7	-3,7
Variação (%)																		
2º tri. 2016/2º tri. 2015	0,7	-0,3	2,0		-1,4	2,6	3,4	-1,6	0,0	0,5	1,4	0,7	2,8		-1,8	5,3	-0,1	-2,8

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

(1) Incluem os que declararam sem escolaridade.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3A
Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Setor de Atividade – Região Metropolitana de Salvador – 2011-2016

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
3º tri. 2015	1.472	102,1	113	86,9	125	94,0	290	105,5	919	106,4
4º tri. 2015	1.516	105,1	112	86,2	126	94,7	279	101,5	972	112,5
1º tri. 2016	1.457	101,0	109	83,8	122	91,7	278	101,1	921	106,6
2º tri. 2016	1.409	97,7	104	80,0	107	80,5	278	101,1	893	103,4
Variação(%)										
2º tri. 2016/1º tri. 2016	-3,3		-4,6		-12,3		0,0		-3,0	
Variação(%)										
2º tri. 2016/2º tri. 2015	-6,0		-19,4		-11,6		-6,4		-3,1	

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.
 (-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.
 (1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.
 (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.
 (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.
 (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.
 (5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.
 (6) Em 1.000 pessoas.
 (7) Base: média de 2011 = 100.
 Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 4A
Estimativas e índices do nível de ocupação, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016

Trimestres	Total (1)			Assalariados (2)										Autônomos			Empregados domésticos		
				Total			Setor privado						Setor público (3)						
							Total		Com carteira assinada		Sem carteira assinada					Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)
	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)							
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8			
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9			
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8			
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4			
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4			
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4			
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8			
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4			
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2			
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4			
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7			
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0			
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0			
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8			
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0			
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8			
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2			
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5			
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8			
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4			
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1			
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6			
3º tri. 2015	1.472	133,9	998	151,9	864	173,8	755	207,4	109	82,0	132	82,5	287	116,2	116	100,9			
4º tri. 2015	1.516	137,9	1.052	160,1	892	179,5	781	214,6	111	83,5	161	100,6	273	110,5	121	105,2			
1º tri. 2016	1.457	132,6	1.002	152,5	877	176,5	784	215,4	93	69,9	125	78,1	267	108,1	115	100,0			
2º tri. 2016	1.409	128,2	958	145,8	829	166,8	730	200,5	99	74,4	128	80,0	255	103,2	118	102,6			
Variação(%)																			
2º tri. 2016/1º tri. 2016	-3,3	-4,4		-5,5	-4,4	-5,5	-6,9	-6,9	6,5	6,5	2,4	-4,5	2,6						
Variação (%)																			
2º tri. 2016/2º tri. 2015	-6,0	-6,7		-5,6	-6,7	-5,6	-7,2	-7,2	8,8	8,8	-13,5	-4,9	0,0						

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

(4) Em 1000 pessoas.

(5) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 5A

Índices Trimestrais do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados (1) – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016

Base: média de 2000 = 100

Trimestres	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
1º tri. 2010	125,5	109,8	137,7	140,5	108,2	152,0
2º tri. 2010	130,7	111,0	145,0	146,9	108,2	158,9
3º tri. 2010	131,8	111,6	147,0	147,9	109,1	161,4
4º tri. 2010	136,9	110,7	151,5	153,6	108,8	167,1
1º tri. 2011	129,4	102,4	132,5	144,1	101,1	145,8
2º tri. 2011	129,4	104,1	134,7	148,2	103,6	153,7
3º tri. 2011	132,3	95,3	126,1	146,1	94,4	138,0
4º tri. 2011	134,6	96,7	130,2	149,0	96,8	144,3
1º tri. 2012	134,6	97,7	131,5	150,8	97,4	146,9
2º tri. 2012	136,3	96,2	131,1	154,3	95,0	146,6
3º tri. 2012	138,9	97,4	135,3	154,6	96,3	148,9
4º tri. 2012	141,5	98,9	140,0	161,9	97,7	158,2
1º tri. 2013	136,9	96,9	132,6	155,7	95,8	149,2
2º tri. 2013	134,1	100,7	135,1	151,6	100,2	152,0
3º tri. 2013	141,6	100,0	141,6	159,2	98,7	157,2
4º tri. 2013	140,9	105,1	148,1	161,5	101,4	163,8
1º tri. 2014	140,9	101,7	143,4	161,8	99,0	160,1
2º tri. 2014	140,0	102,7	143,7	162,1	100,8	163,4
3º tri. 2014	139,4	102,6	143,0	158,3	100,0	158,3
4º tri. 2014	142,3	104,9	149,2	163,5	101,8	166,4
1º tri. 2015	138,9	102,5	142,3	162,4	98,0	159,2
2º tri. 2015	136,4	99,2	135,2	156,3	95,4	149,1
3º tri. 2015	133,9	95,6	128,0	151,9	93,7	142,3
4º tri. 2015	137,9	96,4	132,9	160,1	92,6	148,3
1º tri. 2016	132,6	90,7	120,3	152,5	86,9	132,5
2º tri. 2016						
Abr. 2016	130,9	89,8	117,6	150,7	86,8	130,8
Maio 2016	129,2	89,9	116,2	148,2	87,7	129,9
Variação (%) Abr. 2016/ 1º trimestre	-1,2	-1,0	-2,2	-1,2	-0,1	-1,3
Variação (%) Maio 2016/ 1º trimestre	-2,5	-0,9	-3,4	-2,8	0,9	-2,0
Variação no ano (%) Abr. 2016/ 2º tri. 2015	-4,0	-9,4	-13,0	-3,6	-9,0	-12,3
Variação no ano (%) Maio 2016/ 2º tri. 2015	-5,3	-9,3	-14,1	-5,2	-8,1	-12,8

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTPS/FAT.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI.

(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

NOTAS METODOLÓGICAS

Pesquisa de confiança do empresariado baiano

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

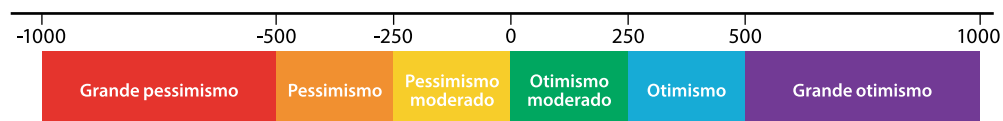
Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: **Grande Pessimismo**, de -1.000 a -500; **Pessimismo**, de -500 a -250; **Pessimismo Moderado**, de -250 a zero; **Otimismo Moderado**, de zero a 250; **Otimismo**, de 250 a 500; e **Grande Otimismo**, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



Projeções do mercado de trabalho formal

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de

cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.

